

Estudo Técnico Preliminar 13/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23229.000500.2020-24

2. Objeto

2. OBJETO:

2.1. Contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia de adequação de acessibilidade do Campus Boa Vista.

3. Descrição da necessidade

2.1 Na última década, a legislação brasileira avançou significativamente acerca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Os dois principais documentos referentes a estes direitos são: a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2008 com caráter de ementa constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, de 6 de junho de 2015.

2.2 A garantia da acessibilidade no ambiente construído contribui diretamente para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. É importante estarmos conscientes que pessoas com deficiência são, antes de tudo, pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

2.3 Uma das formas de “promover a inclusão” é promover acesso no ambiente construído, independente das habilidades do cidadão – seja ele estudante ou servidor com deficiência, sem deixar de garantir-lhe independência, conforto e segurança.

2.4 O *Campus* Boa Vista do IFRR é constituído de edificações antigas, que não atendem as normas de acessibilidade vigentes, e não dispõe de uma rota acessível para portadores de necessidades especiais com acesso as edificações que compõe o complexo escolar. Além disso, se faz extremamente necessário à adequação da escola a fim de atender, não só a legislação, mas as solicitações dos órgãos federais (MPT) e avaliação dos cursos superiores realizados periodicamente pelo MEC.

2.5 A partir do levantamento das lacunas de acessibilidade realizado no campus Boa Vista Centro do IFRR foi possível traçar as principais ações para sua adequação conforme a ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida: 2021 e a ABNT NBR 16537:2016 Versão Corrigida 2:2018, de maneira que pudesse atender o máximo possível das normas.

2.6 Dessa maneira, faz-se necessário a reforma das instalações físicas, como definição de uma rota acessível, instalação de piso tátil na rota acessível, adequação de rampas, balcões, banheiros, instalação de guarda-corpo e corrimão e outros serviços.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Planejamento e Administração	Tatiane Cristina de Jesus

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Da Modalidade da Licitação

5.1.1 Considerando a existência de um processo (23231.000475.218-15) anterior de mesmo objeto, do qual culminou em rescisão contratual, onde o valor do contrato era de R\$ 388.051,45 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

5.1.2 Considerando que todo o volume orçamentário será atualizado para 2021 para nova contratação, sendo o valor estimado superior ao supracitado, então as prováveis modalidades poderiam ser: tomada de preços ou concorrência de acordo com a lei 8666/1993 ou Regime Diferenciado de Contratação (RDC) pela lei 12.462/2011.

5.1.3 Tendo em vista a extensão do RDC às contratações de obras e serviços de engenharia na área de educação e que a contratação anterior foi realizada através de RDC eletrônico. A provável modalidade de licitação para a contratação pretendida será o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, do tipo maior desconto, sob a forma de execução indireta e empreitada por preço unitário.

5.1.4 O art. 13 da Lei nº 12.462/2011 e o art. 8º, II c/c art. 13, do Decreto nº 7.581/2011 informam que as licitações por meio do Regime Diferenciado de Contratação – RDC deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica. A escolha do RDC dá-se pela busca por maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos, além de promover tratamento isonômico entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.2 Da natureza do objeto

5.2.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviços não comum de engenharia.

5.3 Do regime de execução

5.3.1 O Contrato deverá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

5.4 Da habilitação e qualificação

5.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no instrumento convocatório.

5.4.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos no edital.

5.4.3 Os critérios de qualificação técnica-operacional a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Prova de inscrição ou registro do licitante e comprovante de regularidade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010) que comprove atividade relacionada com o objeto;

b) Apresentar um ou mais atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços compatíveis e com características semelhantes e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, em quantidades mínimas de serviços a serem incluídas no Projeto Básico, admitindo-se ainda o somatório de atestados/certidões;

5.4.4 Os critérios de qualificação técnica-profissional a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) Declaração dos responsáveis técnicos que acompanhará(ão) a execução dos serviços, destacando o nome, CPF, área de atuação e registro no CREA do profissional, conforme modelo anexo ao instrumento convocatório.

b) Documento oficial com foto, podendo ser: Cédula de identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal; a identidade expedida pelo Ministério das Relações Exteriores para estrangeiros; a identificação fornecida por ordens ou conselhos de classes que por Lei tenham validade como documento de identidade; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o Certificado de Reservista; o Passaporte e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia, na forma da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

c) Prova de inscrição ou registro do profissional e certificado de regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Lei nº 12.378/2010) que comprove atividade relacionada com o objeto;

d) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do distrito federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviços compatíveis e com características semelhantes e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, em quantidade mínimas de serviços a serem incluídas no Projeto Básico, admitindo-se ainda o somatório de atestados/certidões;

e) Comprovação do vínculo da licitante com o profissional indicado para qualificação técnica profissional, através de uma das seguintes documentações: i) Contrato social, em vigor, se sócio; ii) Carteira de trabalho e previdência social – CTPS, devidamente assinada; iii) Contrato de prestação de serviços em vigor; ou iv) Certidão de Registro do licitante no CREA, se nela constar o nome do profissional indicado;

f) Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução dos serviços.

5.4.5 De acordo com os itens 4.1 a 4.7 do ANEXO VII-A da IN SEGES 05/2017, e outras necessidades, será exigido do licitante:

g) Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006;

- h) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no ato convocatório e seus anexos (projetos, orçamento, cronograma, normas técnicas vigentes, especificações técnicas e outros documentos afins que possam fazer parte do Projeto Básico), bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento;
- i) Declaração, sob as penas da lei, de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- j) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- k) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa/SLTI nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- l) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- m) Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- n) Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local próximo (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;
- o) Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- p) Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- q) Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4/6/2010.

5.4.6 A licitante deverá apresentar ainda:

- a) Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- b) Declaração de Não Parentesco, em atendimento ao art. 7.º do Decreto n.º 7.203, de 4/6/2010;
- c) O(s) licenciamento(s) ambiental(is) que lhe certifica(m) a prestar o serviço;
- d) O Alvará Sanitário para funcionamento obtida junto aos respectivos órgãos competentes.

5.5 Da garantia contratual

5.5.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

5.6 Da duração inicial do contrato

5.6.1 Será necessário a duração da vigência inicial do contrato contemplar o total de 12 meses, considerando o prazo estimado para execução e conclusão dos serviços de aproximadamente 5(cinco) meses, prazo para o recebimento provisório e definitivo após a conclusão dos serviços de engenharia de aproximadamente 4 meses, somando-se assim um prazo de vigência mínimo de 9 meses.

5.7 Da transição contratual

5.7.1 Não se aplica ao serviço pleiteado, tendo em vista que não se trata de serviço continuado.

5.8 Dos critérios e práticas de sustentabilidade

5.8.1 Deverão ser observados nas especificações dos serviços e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, os seguintes critérios apresentados na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI do MPOG.

5.8.2 Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- a) use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- h) reveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

5. 8.3 Deverá ser acrescentado no Termo de Referência/Projeto Básico nas obrigações da contratada:

- a) A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6. Levantamento de Mercado

6.1.1 Não se vislumbra outras soluções de mercado para atendimento desta demanda a não ser a elaboração de um projeto de acessibilidade pelo Departamento da Instituição e a necessidade de execução de serviços de engenharia para adequação da estrutura física existente, com a finalidade de criar uma rota acessível para portadores de necessidade especial e permitir o acesso a todos os ambientes de uso comum da edificação. Considerando também que não temos pessoal e material para realizar a execução dos serviços.

6.1.2 Com base na pesquisa realizada no Painele de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br /paineldepregos, com o objetivo de verificar contratações de outros órgãos para o mesmo objeto, percebemos que a execução do serviço ora em apreço não possui uma diversidade, sendo adotado, comumente, a contratação de empresa especializada, a qual utilizará mão de obra e equipamentos próprios para a execução dos serviços, bem como, se responsabilizará pela obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias, conforme pesquisa abaixo.

- RDC Eletrônico: 01/2020; UASG: 158345; Órgão: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA; Objeto: Obra de Construção de Calçada com Acessibilidade, Adequação de Guarita e Cercamento Interno do IFRO - Campus Porto Velho Calama;
- RDC Eletrônico: 10/2020; UASG: 154054; Órgão: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL; Objeto: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução da obra de Reforma para Acessibilidade na Unidade II da UFMS em Corumbá/MS (CPAN), totalizando uma área de 1.026,43 m², para atender as necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, ficando a cargo da empresa contratada todas as despesas de mobilização e desmobilização de equipamentos e demais serviços pertinentes.
- RDC Eletrônico: 02/2020; Uasg: 153825; Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA; Objeto: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para execução de obra de reforma para implantação de acessibilidade para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH / Adequação de acessibilidade do Instituto de Psicologia - IPSI e suas áreas administrativas da Universidade Federal da Bahia.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução adotada para o problema se resume a criação de uma rota acessível que permita a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida acessar a todas as áreas públicas e ambientes de uso comum de maneira segura, orientando o fluxo dentro da edificação e facilitando o acesso e uso de banheiros, salas e demais ambientes, conforme preconiza a normas a ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida: 2021 e a ABNT NBR 16537:2016 Versão Corrigida 2:2018.

7.2 Assim, devem ser contemplados a instalação de piso tátil na rota acessível, adequação de rampas, balcões, banheiros, instalação de guarda-corpo e corrimão e outros serviços que estejam em desacordo com as normas.

7.3 Vale lembrar que o Campus Boa Vista é a unidade mais antiga da instituição, onde os prédios construídos possuem idade com mais de 10 anos, o que gera certa dificuldade em adaptar a edificação

para atender integralmente as normas vigentes. Além disso, já existiam alguns itens de acessibilidade, como corrimão, guarda-corpo e rampas, que não atendem as normas, sendo necessária a substituição e /ou reparo.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser pleiteado serão obtidos através dos Projetos de engenharia, item anexo ao Projeto Básico, os quais deverão considerar as diretrizes técnicas fundamentadas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050:2020 Versão Corrigida: 2021, NBR 16537:2016 Versão Corrigida 2:2018 e Layout do Campus Boa Vista;

8.2 As especificações e demais exigências do projeto básico para contratação dos serviços devem ser elaborados de forma a garantir a acessibilidade no ambiente construído, bem como utilizar tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 651.389,59

9.1 O valor estimado pela Administração será realizado com base na metodologia trazida pelo Decreto Federal N.º 7.983/2013, utilizando-se como base os preços praticados nas tabelas de referência do SINAPI/CEF para o município de Boa Vista – RR. Demais serviços e insumos que não tiverem referência de preços no SINAPI, serão adotados a metodologia da Instrução Normativa nº. 5 de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº. 3 de 20 de abril de 2017.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10.2 O disposto, no entanto, não é a solução mais vantajosa para a Administração, sendo a solução mais satisfatória do ponto de vista técnico, gerencial e qualidade do empreendimento, o não parcelamento da solução. Uma vez que o gerenciamento permanecendo no mesmo Contratado, oferecerá um maior nível de controle por parte da Administração na execução dos serviços e na observância do cronograma, já que a responsabilidade e garantia dos resultados estará concentrada em uma só Administração.

10.3 Ressalta-se que em obras de engenharia com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva pode implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A presente demanda encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRR 2019-2023, consoante à necessidade de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

12.2 Além disso, a contratação está prevista no Plano Anual de Trabalho do exercício 2021, conforme Macro Projeto Institucional 4.5.3 – orçamento por Metas: Meta 3 - Executar 100% das obras e serviços de engenharia previstos no Plano Diretor de obras, 3.3 - Adequação de acessibilidade no prédio do CBV.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Com a contratação almejam-se os seguintes resultados:

- Permitir o acesso das pessoas portadoras de necessidade especiais ou com mobilidade reduzida as dependências, em atendimento a Lei nº 10.098/2000;
- Atender ao uso mais confortável das dependências do Campus, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, garantindo um ambiente adequado de trabalho e contribuindo para a sensação de bem-estar aos seus usuários.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Devem ser observados os seguintes requisitos pela Administração, para efetiva execução dos serviços e correto funcionamento dos equipamentos:

14.2 Permitir que os serviços sejam executados dentro do horário de funcionamento do órgão. Desta forma, será necessário que na ocorrência de instalação de equipamentos na parte interna da edificação que esta se mantenha fechada, e as chaves de acesso estejam devidamente identificadas e disponíveis na portaria ou setor específico, ou ainda que seja disponibilizado um servidor para ser fazer presente no dia e horário agendados para a realização dos serviços;

14.3 Indicar um servidor lotado no setor de manutenção da unidade a ser contemplada pelo objeto, para participar da Fiscalização ou Recebimento Definitivo do objeto, com a finalidade de conhecer o os serviços executados e realizar o acompanhamento da garantia dos serviços;

14.4 Capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos a este novo modelo que além da fiscalização direta do servidor, também se insere a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do serviço que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e suas possíveis prorrogações.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 No descarte das embalagens poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses danos é necessário que haja uma gestão de resíduos de canteiro de obras consistente por parte da Contratada;

15.2 Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se a referida instrução;

15.3 A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN 01/2010, mediante apresentação de Declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato;

15.4 A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

15.5 No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS);

15.6 A Contratada deverá também dispor e apresenta o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.

15.7 A Contratada deverá também dispor e apresenta o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados;

15.7.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

15.7.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

15.7.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.7.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima do recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriormente apresentados no presente documento de Estudos Preliminares realizados por esta Equipe de Planejamento, tendo em vista a necessidade de atendimento às legislações e normas de acesso as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, DECLARAMOS ser viável a contratação pretendida pela Administração do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, bem como a viabilidade econômico-financeira.

17. Responsáveis

Após consolidação dos trabalhos da equipe de planejamento da aquisição e registro no sistema, segue para o ETP para prosseguimento da contratação

TATIANE CRISTINA DE JESUS

Assistente em Administração/Diretora de Planejamento e Administração do Campus Boa Vista

Documento Digitalizado Público

Estudo Técnico Preliminar 13/2021 - Adequação da acessibilidade do Campus Boa Vista

Assunto: Estudo Técnico Preliminar 13/2021 - Adequação da acessibilidade do Campus Boa Vista
Assinado por: Ana Mesquita
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- Ana Kelle Neves Mesquita, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD4 - DETEO (IFRR), em 24/09/2021 14:14:49.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/09/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 38169

Código de Autenticação: 376e0c81ae

